**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

**EDITAL Nº 002/2025**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025**

**CONTRATANTE**

CIMERP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA

**OBJETO**

Locação de veículos leves para atender as necessidades do CIMERP – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R$ 79.999,92 (setenta e nove mil)**

**PERÍODO DE PROPOSTAS**

De 24/03/2025às **8h30m**

Até 28/03/2025 às **8h29m**

**PERÍODO DE LANCES**

De 28/03/2025às **8h30m**

Até 28/03/2025às **8h40m**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

***CIMERP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA***

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025.**

**(Processo Administrativo n.° 002/2025)**

Torna-se público que o **CIMERP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA**, por meio de seu agente de contratação e setor de licitação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamentomenor preço, na hipótese do art. 75*,* inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**Data da sessão:** 28/03/2025

**Link:** https://bnc.org.br/

**Horário da Fase de Lances:** 8:30 às 08:40

# **OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

* 1. Locação mensal de DOIS VEÍCULOS TIPO LEVE, 04 portas, motor com potência mínima de 1000 cilindradas, ano/modelo 2024 a 2025, capacidade para 05 passageiros, potência mínima 70CV, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica, ar condicionado, seguro total, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Sem abastecimento de combustível e troca de óleo a expensas do Contratado.
  2. A contratação ocorrerá em item/lote único**,** conforme tabela constante abaixo.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÕES DOS BENS** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **VALOR UNITÁRIO/MÊS** | **VALOR UNITÁRIO TOTAL/ANO** |
| **1** | Locação mensal de DOIS VEÍCULOS TIPO LEVE, 04 portas, motor com potência mínima de 1000 cilindradas, ano/modelo 2024 a 2025, capacidade para 05 passageiros, potência mínima 70CV, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica, ar condicionado, seguro total, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Sem abastecimento de combustível e troca de óleo a expensas do Contratado | 02 | R$ 3.333,33 | R$ 39.999,96 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 79.999,92** |

* 1. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

# **PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

* 1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras da BNC, disponível no endereço eletrônico https://bnc.org.br/.
     1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal da BNC para acesso ao sistema e operacionalização.
     2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
  2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
     1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
     2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
     3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
        1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
        2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
        3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
        4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
        5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm), concorrendo entre si;
        6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
        7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
        8. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
     4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

# **INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

* 1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica dar-se-á com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
  2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
     1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
  3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
  4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
     1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
  5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
  6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
  7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e ETP, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la em momento ulterior ao intervalo para envio de propostas.
  9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
     1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
     2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
     3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
     4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
     5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
     6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

# **FASE DE LANCES**

* 1. A partir das 8h40m da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
  2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
     1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.
  3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
     1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
     2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$50,00 (cinquenta reais).
  4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
  5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
  6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
  7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
     1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

# **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

* 1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
  2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
     1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
     2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
     3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
  3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
  4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
  5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
     1. contiver vícios insanáveis;
     2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
     3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
     4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
     5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
  6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
     1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
     2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
  7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
     1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
     2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
  9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
  10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
  11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
  12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

# **HABILITAÇÃO**

* 1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
  2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, poderá ser verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF, ou apresentação de todos os documentos que constam no referido sistema;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

* + 1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
    2. Caso a licitante não apresente todos os documentos que constam no SICAF, conforme determinado pela alínea “a”, o agente de contratação poderá solicitar à empresa para que as encaminhe através do e-mail [licitacao.cimerp@gmail.com](mailto:licitacao.cimerp@gmail.com), a fim de se verificar a conformidade da documentação, sob pena de inabilitação.
    3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
       1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
          1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
          2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
    4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
  1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
     1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
     2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
  2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
  3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
  4. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
  5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
  6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
     1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
  7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

# **CONTRATAÇÃO**

* 1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
  2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
     1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
     2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
  3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
     1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
     2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
     3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
  4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
  5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

# **SANÇÕES**

* 1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
     1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
     2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
     3. dar causa à inexecução total do contrato;
     4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
     5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
     6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
     7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
     8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
     9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
     10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
         1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
     11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
     12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)
  2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
     1. Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
     2. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
     3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
     4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
  3. Na aplicação das sanções serão considerados:
     1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
     2. as peculiaridades do caso concreto;
     3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
     4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
     5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
  4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
  5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
  6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
  7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
  8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
  9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
  10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
  11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

# **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. O procedimento será divulgado na BNC e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
  2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
     1. republicar o presente aviso com uma nova data;
     2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
        1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
     3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
  3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
  4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
  5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
  6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
  7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
  8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
  9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
  10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
  11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
  12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
  13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
      1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
      2. ANEXO II - Termo de Referência;
         1. ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar
      3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

Muriaé/MG, 14 de março de 2025.

**Rodrigo Fernandes Pereira**

**Diretor Executivo CIMERP**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

**EDITAL Nº 002/2025**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025**

**ANEXO I**

**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

1. **Habilitação jurídica:** 
   1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
   2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
   3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
   4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
   5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
   6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
   7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
2. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**
   1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
   2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
   3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
   4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
   5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
   6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
   7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais **ou** municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
3. **Qualificação Econômico-Financeira:** 
   1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
   2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
      1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
      2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
   3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

|  |  |
| --- | --- |
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| SG = | Ativo Total |
| Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

|  |  |
| --- | --- |
| LC = | Ativo Circulante |
| Passivo Circulante |

* + 1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de *10%(dez por cento)* do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

1. **Qualificação Técnica**
   1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços ou entrega dos itens licitados em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
      1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
         1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
         2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
         3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**5. Documentação do SICAF**

5.1 Como critério de habilitação, o licitante deverá apresentar todas as documentações constantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF):

a) RG e CPF do(s) proprietário(s);

b) Cartão do CNPJ;

c) Contrato social e todas as alterações.

d) Regularidade Fiscal Federal/Estadual/Municipal:

e) Certidão Conjunta Receita Federal e Dívida Ativa da União;

f) Certidão Negativa do FGTS (FGTS);

g) Prova de Quitação com a Fazenda Estadual (Dívida Ativa Estadual);

h) Prova de Quitação com a Fazenda Municipal (Dívida Ativa Municipal).

i) Balanço Patrimonial completo do último exercício, com termo de abertura e fechamento, publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

**EDITAL Nº 002/2025**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO**
   1. Dispensa de Licitação para **LOCAÇÃO DE** **VEÍCULOS LEVES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CIMERP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
   2. *O Estudo Técnico Preliminar indica que a alternativa que melhor às demandas trazidas pelo Documento de Formalização de Demanda, seria a contratação de empresa especializada na locação de veículos leve, sem combustível e sem motorista, destinado a diversas áreas e atividades do CIMERP, por meio de Dispensa de Licitação, visando à escolha da proposta mais vantajosa para prestação do serviço. Em regime de execução indireta e de forma contínua, com base de pagamento mensal e por 12(doze) meses.*
   3. *Traz ainda o referido documento que os veículos a serem locados deveriam ser 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO LEVE, 04 portas, motor com potência mínima de 1000 cilindradas, ano/modelo 2024 a 2025, capacidade para 05 passageiros, potência mínima 70CV, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica, ar condicionado, seguro total, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Sem abastecimento de combustível e troca de óleo a expensas do Contratado.*
   4. Contudo, o presente Termo de Referência referendará apenas a modalidade a ser escolhida no presente caso, ou seja, Dispensa de Licitação. Os objetos serão os indicados no Estudo Técnico Preliminar, porém, o ano dos veículos primando pela maior segurança e melhor atendimento à administração pública, neste TR será adotado veículos ano/modelo 2024/2025, bem como os veículos deverão estar segurados sob responsabilidade da contratada.
   5. Certo é, contudo, que a modalidade Dispensa de Licitação poderá ser utilizada de forma excepcional, desde que a contratação se enquadre em alguma das hipóteses previstas no Art. 75 da Lei nº 14.133/2021.
   6. Além do enquadramento mencionado no item anterior, é indispensável que que o processo de contratação siga metódica e britanicamente os requisitos constantes na legislação pertinente, qual seja a Lei nº 14.133/2021, bem como eventual norma interna que regulamente a modalidade.
   7. Os bens objetos do presente procedimento são classificados como bens comuns.
2. **ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÕES DOS BENS** | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QUANTIDADE** | **VALOR UNITÁRIO/MÊS** | **VALOR UNITÁRIO TOTAL/ANO** |
| **1** | Locação mensal de DOIS VEÍCULOS TIPO LEVE, 04 portas, motor com potência mínima de 1000 cilindradas, ano/modelo 2024 a 2025, capacidade para 05 passageiros, potência mínima 70CV, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica, ar condicionado, seguro total, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Sem abastecimento de combustível e troca de óleo a expensas do Contratado | 02 | R$ 3.333,33 | R$ 39.999,96 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 79.999,92** |

* 1. As quantidades indicadas no subitem acima são estimativas de consumo anual, pelo período de 12 (doze) meses.
  2. Não será permitido ao licitante:
     1. Oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto na tabela acima;
     2. Subcontratar o objeto contratual.
  3. Seguindo a linha do Estudo Técnico Preliminar, a opção será pela contratação de Empresa Especializada na Locação de veículo automotor, Tipo passeio, pequeno porte, sem motorista, sem combustível, com seguro custeado pela contratada, quilometragem geral, para atender as demandas do CIMERP no Estado de Minas Gerais, mas não se limitando a ele, por 12(doze) meses consecutivos.
  4. As estimativas do valor da contratação e preços unitários referenciais, tiveram como parâmetros e foram obtidos através de consulta à sistemas oficiais de compras públicas do governo federal e de consulta de valores executados por outros entes públicos que licitaram os mesmos itens objetos do presente processo através do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
  5. Os contratos poderão ser prorrogados nos moldes balizados pela Lei nº 14.133.

1. **JUSTIFICATIVA**
   1. A locação dos veículos objeto deste edital se justificam para suprir as necessidades de locomoção dos empregados públicos do CIMERP, especialmente diante da frota limitada (01 veículo objeto de locação) ou inexistente (CIMERP não possui veículo próprio) em seu âmbito.
   2. No caso do CIMERP, não há frota própria e seus servidores e/ou empregados públicos se deslocam diariamente para desenvolver as atividades de fiscalizações, operações, visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões, dentre outras atuações, compartilhando o único veículo em circulação, fato este que vem atrapalhando a boa prestação do serviço público.
   3. Atualmente, o CIMERP necessita de veículos para a realização de atividades frente a seus Municípios consorciados em suas variadas frentes tais como o PROCON REGIONAL CIMERP/MPMG, o SIM CIMERP, o Departamento Administrativo, A fiscalização da execução dos contratos e serviços referente ao PROMOTO, Departamento Jurídico e Diretoria Executiva. São 06 (seis) departamentos que, hoje, contam com apenas um veículo (objeto de locação em 2023).
   4. Assim sendo, e considerando a ausência de recursos financeiros do CIMERP para a realização de aquisição de veículos para sua própria frota, bem como, o dever em zelar pela boa prestação de serviços público pelo Consórcio, assim como a ordenação e execução de recursos públicos, entende-se justificada a necessidade de contratação do serviço de locação eventual dos veículos, com vistas a possibilitar a realização das missões retro elencadas com mitigação de riscos e excelência de resultados.
2. **FORMA E O CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR COM A INDICAÇÃO DA MODALIDADE, O TIPO DE LICITAÇÃO E A FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

4.1 A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ocorrerá pelo critério do “menor preço por item”, observados os valores, que também são considerados preços máximos. A licitante classificada deverá encaminhar sua proposta contendo os seguintes dados:

1. Descrição detalhada do item disponível do objeto, ressaltando a marca, modelo e fabricante;
2. Quantitativo;
3. Valores dos itens;
4. Dados da empresa como: razão social, CNPJ, endereço, telefone, responsável, e-mail do responsável, dados bancários, etc;
5. Forma de pagamento;
6. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
   1. Para a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, após conclusão da fase de lances, poderá ser solicitado cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), manual original (ou impresso de informações do fabricante disponível em site) ou foto digital colorida legível do(s) respectivo(s) item(ns) em análise, nas condições descritas no edital, afim de confirmação das especificações técnicas, indicação do fabricante, marca e modelo.
   2. A cópia do CRLV, manual original (ou impresso de informações do fabricante disponível em site) ou foto digital colorida legível, deverá ser enviado após convocação.
   3. A equipe de planejamento da contratação do CIMERP, verificará a conformidade do produto ofertado com as especificações constantes no Termo de Referência.
   4. Se ficar demonstrado pela cópia do CRLV, manual original (ou impresso de informações do fabricante disponível em site) ou foto digital colorida legível que as especificações não atendem aos requisitos mínimos exigidos no termo de referência, a proposta será desclassificada.

DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica nos seguintes moldes:

1. Fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) que a licitante executou de forma satisfatória objeto pertinente e compatível com o da licitação, devendo comprovar o serviço de locação de veículos objeto licitado.
2. O atestado deverá conter a identificação do signatário responsável, firma reconhecida ou assinatura eletrônica, bem como meios de contato (telefone e/ou email, etc) que possibilitem a realização de diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.
3. **DO IMPACTO AMBIENTAL**
   1. A solução de contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de locação de veículos automotores, atende as normas ambientais vigentes, cabendo executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas, além de:
4. Manter a regulagem dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente;
5. Buscar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;
6. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superior aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo;
7. Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipados com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera;
8. Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/MG, destacando-se a Lei Federal nº 8.723/93, Resolução CONAMA nº 16/93;
9. Manter programa interno de auto fiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços;
10. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera preferencialmente movidos a combustíveis não-fósseis;
11. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos;
12. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente, aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende à Resolução CONAMA nº 258, de 26 de agosto de 1999, que atualmente vigora pela Resolução CONAMA nº 416 de 2009.
13. **CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA**
    1. O local de entrega dos veículos será na sede do CIMERP, nominadas abaixo:
       1. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA - CIMERP, localizado na Rua Edmundo Germano, nº 35, primeiro andar, CEP: 36.880-048, Centro, Muriaé/MG;
          1. Na solicitação dos veículos, estes deverão ser entregues na sede do CIMERP, conforme item 7.1.1, em no máximo, 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da nota de empenho.
          2. Caso a CONTRATADA**,** devidamente justificada e comprovadamente, não possa disponibilizar os) veículo (s) no prazo estipulado no item 7.1.1.1, por motivo de força maior, caso fortuito ou em decorrência da localidade para a qual o veículo foi solicitado, deverá comunicar imediatamente o fato à CONTRATANTE, por meio de contato telefônico e e-mail.
          3. Na ocorrência das situações descritas no item anterior, desde que devidamente justificada e comprovada e não acarrete prejuízos ao serviço público, assim como solução de continuidade, a CONTRATANTE poderá dilatar o prazo estabelecido no item 7.1.1.1 de forma a adequar a disponibilização dos veículos às condições excepcionais apresentadas.
          4. Os veículos deverão ser seminovos, dentro do prazo de fabricação estabelecido neste instrumento.
          5. Os veículos deverão ser utilizados no regime de quilometragem livre.
          6. Os veículos deverão ser entregues, devidamente limpos e com revisão mecânica/elétrica, de forma a permitir a completa segurança durante sua utilização.
          7. Os veículos serão objeto de vistoria, anotando-se na “Ficha de Vistoria”, fornecida pela CONTRATADA, todas as observações sobre seu estado, por ocasião de sua entrega e devolução.
          8. Caberá a CONTRATADA a responsabilidade pelos custos operacionais relativos à entrega dos veículos no local indicado pela CONTRATANTE.
14. **DO LICENCIAMENTO**
    1. Os veículos deverão estar licenciados segundo as normas e leis de trânsito expedidas pelo DENATRAN e DETRAN. No ato de entrega de cada locação, os veículos deverão vir acompanhado do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento veicular) devidamente quitado, bem como com todas as informações pertinentes ao prazo ou quilometragem necessários para execução das revisões periódicas.
    2. A CONTRATADA será responsável pelo licenciamento anual dos veículos (Taxas, Seguro DPVAT, IPVA etc.), sem ônus para o CONTRATANTE, que deverão estar registrados obrigatoriamente em nome da CONTRATADA.
15. **DA OCORRÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO**
    1. As multas decorrentes de infrações de trânsito serão pagas pelo real condutor do veículo ou através de processo administrativo ou judicialmente.
    2. Quando o condutor do veículo praticar ato de infração de trânsito, a CONTRATADA deverá encaminhar, em tempo hábil para interposição de recurso, a “Declaração de Indicação de Real Condutor – DIRC” ao CONTRATANTE, devidamente protocolada, para identificação do real condutor, que querendo poderá ingressar com recurso administrativo no órgão competente.
    3. O CONTRATANTE informará a CONTRATADA, através do fiscal do contrato nomeado por Portaria, todos os dados do condutor infrator para que proceda, nos termos da lei, junto ao órgão de trânsito competente, o registro de pontuação da CNH.
    4. Quando a infração ocorrer por problemas de desconformidade do veículo com as exigências da legislação de trânsito, a quitação será de responsabilidade da CONTRATADA.
16. **COBERTURA COM SEGURO TOTAL**
    1. A CONTRATADA disponibilizará para locação veículos com seguro total, livre quilometragem, livre de tributos, encargos sociais, trabalhistas e sem a cobrança de franquia.
    2. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias por ocasião da prestação do serviço, incluindo os possíveis danos, mantendo, para isso, seguro com cobertura total contra colisão, incêndio, roubo, furto e terceiros.
    3. Compreende a cobertura total do seguro: Responsabilizar-se pelo pagamento eventual de franquia, cobertura compreensiva para alto roubo ou furto do veículo ou de itens do automóvel e seus acessórios (CD player, -falantes, antenas, etc.), incêndio, colisão, danos materiais e pessoais, inclusive contra terceiros, cobertura total para caso de destruição total ou parcial do bem e quaisquer casos fortuitos ou de força maior, durante todo o prazo de vigência do contrato, inclusive a cobertura RCF e APP, cujos valores mínimos deverão ser: Valor Mínimo para cobertura RCF será de R$ 100.000,00 (cem mil) para danos materiais e R$ 100.000,00 (cem mil) para danos pessoais e cobertura APP será de no mínimo R$ 30.000,00 (trinta mil) para morte acidental e R$ 20.000,00 (vinte mil) para invalidez permanente/parcial.
    4. As despesas decorrentes de mau uso dos veículos e seus respectivos acessórios serão de responsabilidade do CONTRATANTE, desde que devidamente comprovadas.
    5. Comprovado através de laudo pericial emitido por autoridade competente de trânsito ou pelo Centro de perícias, a culpa ou dolo do motorista do CONTRATANTE, este será responsável somente pelo pagamento da franquia.
    6. A CONTRATADA deverá assumir integral e absolutamente responsabilidade pelos serviços prestados, desobrigando o CONTRATANTE de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes não cobertos conforme descrito neste Termo de Referência;
    7. Os veículos deverão possuir seguro total, inclusive de responsabilidade civil e contra terceiros, ficando acordado e estabelecido desde a contratação, que o CONTRATANTE não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistro com os veículos, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo pagamento de franquias, custos estes que serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA que deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica.
17. **PROCEDIMENTOS QUANDO HOUVER SINISTRO DE VEÍCULOS COM VÍTIMAS**
    1. O condutor deverá acionar imediatamente os serviços de socorro e policiamento, comunicando imediatamente ao fiscal do contrato o ocorrido;
    2. O fiscal do contrato deverá comunicar, tão logo tenha ciência do fato, a CONTRATADA, para que a mesma proceda de maneira imediata o acionamento do seguro veicular, devendo a mesma certificar-se da efetiva realização dos registros necessários, Boletim de Ocorrência ou Laudo Pericial de Trânsito, caso o condutor do veículo não tenha ainda solicitado os mesmos;
    3. Caso o condutor esteja impossibilitado de acionar os serviços de saúde e segurança, bem como efetuar os devidos registros de acidente, a CONTRATADA deverá providenciar imediatamente os acionamentos e registros;
    4. Havendo necessidade de remoção do veículo para execução de perícia, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção arcando com todos os custos necessários;
    5. Havendo indicação em laudo pericial de mau uso do veículo, a CONTRATADA deverá encaminhar o laudo ao CONTRATANTE, protocolando este no CIMERP via e-mail, que iniciará Procedimento Administrativo para averiguação de culpa do condutor.
18. **PROCEDIMENTOS QUANDO O SINISTRO NÃO ENVOLVE VÍTIMAS**
    1. O condutor deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE quando se envolver em sinistros sem vítimas;
    2. O fiscal do contrato deverá comunicar, tão logo tenha ciência do fato, a CONTRATADA, para que a mesma proceda de maneira imediata o acionamento do seguro veicular, devendo a mesma certificar-se da efetiva realização dos registros necessários, Boletim de Ocorrência ou Laudo Pericial de Trânsito, caso o condutor do veículo não tenha ainda solicitado os mesmos;
    3. A CONTRATADA deverá providenciar a remoção do veículo da via sem custo para o CONTRATANTE;
    4. Havendo necessidade de remoção do veículo para execução de perícia, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção arcando com todos os custos necessários;
    5. Havendo indicação em laudo pericial de mau uso do veículo a CONTRATADA deverá encaminhar o laudo ao CONTRATANTE, protocolando este por e-mail, que iniciará Procedimento Administrativo para averiguação de culpa do condutor.
19. **DA SUPERVISÃO**
    1. A CONTRATADA deverá designar, sem qualquer ônus adicional, preposto, com os respectivos telefones/meios de contato, para a supervisão dos serviços, em conjunto com o fiscal do contrato designado por Portaria pelo CONTRATANTE, para plena e satisfatória execução das ações administrativas e operacionais do objeto, tais como:
20. Solicitação de veículos, inclusive a substituição deste em decorrência de panes, sinistros etc.
21. Qualquer outra demanda vinculada às exigências contratuais que permitam sua fiel execução.
    1. O preposto será responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário normal de expediente.
    2. A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 01 (uma) linha local de telefone fixo, 01 (uma) móvel e endereço eletrônico para abertura dos chamados pelo CONTRATANTE.
22. **DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO NO CASO DE SERVIÇO, OU FORMA DE FORNECIMENTO**
    1. O objeto contempla a prestação do serviço de locação de veículos automotores, sem motorista, sem combustível, com seguro, de acordo com as descrições previstas neste instrumento, em forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme as demandas solicitadas.
23. **DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**
    1. **Dos direitos e obrigações do contratante:**
       1. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento;
       2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas neste termo de referência.
       3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a empresa contratada no prazo estipulado;
       4. Emitir Nota de Empenho a crédito da CONTRATADA no valor correspondente às quantidades solicitadas;
       5. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação do serviço;
       6. Indicar servidor através de Portaria com competência necessária para proceder o recebimento do objeto e atestar a Nota Fiscal após a verificação das especificações técnicas, da qualidade, da quantidade e preços registrado;
       7. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido neste termo de referência;
       8. Promover, através do fiscal de contrato o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
       9. Aplicar penalidades cabíveis em caso de descumprimento do pactuado, conforme previsto neste termo de referência;
       10. Solicitar os veículos, respeitando o prazo mínimo de 48h (quarente e oito horas) para entrega.
24. **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
    1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;
    2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;
    3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na entrega dos itens solicitados do objeto, até para que possa a empresa proceder correções;
    4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.
    5. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações neste Termo de Referência e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para entregar os itens solicitados do objeto, no prazo, no local e horário indicados;
    6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega do objeto solicitado no local indicado, sem qualquer ônus ao contratante, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE;
    7. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução; A inadimplência da empresa, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CIMERP, nem poderá onerar o objeto desta Licitação, razão pela qual a empresa vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CIMERP;
    8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, durante o prazo de vigência desta contratação;
    9. Credenciar, junto ao CIMERP, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do objeto;
    10. Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no pregão que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas, cumprindo durante a contratação todas as leis e posturas Federais, Estaduais e Municipais vigentes, a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente, assim como todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, em especial a:
25. Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
26. Regularidade Fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;
27. Regularidade Trabalhista; comprovada através de Certidão Negativa de Débito Trabalhista prevista na Lei 12.440/2011, retirada no site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br);
28. Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88.
    1. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes nessa licitação, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
    2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do CIMERP; não sendo aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
    3. A empresa vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto registrado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
    4. Disponibilizar ao CONTRANTE os veículos nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, nos locais, quantidades e horários fixados neste instrumento, informando, em Tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que impossibilite de assumir o solicitado
    5. Disponibilizar os veículos no regime de quilometragem livre;
    6. Responsabilizar-se por todos os encargos relativos aos veículos, como IPVA, seguro obrigatório e outros, previstos no Código de Trânsito Brasileiro;
    7. Manter os veículos assegurados, conforme as condições previstas neste TR;
    8. Assistência 24 horas completa (guincho, chaveiro, pane elétrica, pane mecânica, conserto de pneu furado, etc).
    9. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, principalmente das manutenções preventivas, corretivas e demais reparos que se fizerem necessários para fiel execução do contrato inclusive os decorrentes de acidentes e demais sinistros oriundos de força maior ou caso fortuito.
    10. Responsabilizar-se pelos custos de pequenos riscos, amolgados e outras ocorrências que são inerentes à utilização regular do veículo, exceto os casos de mau uso, devidamente comprovados;
    11. Indicar um profissional preposto e qualificado que deverá permanecer disponível através de telefone fixo e celular, a fim de resolver situações eventuais, bem como verificar o bom andamento do serviço prestado.
29. **DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO**
    1. O objeto será executado conforme previsto neste Termo de Referência, devendo os veículos serem entregues na sede do CIMERP, situada no Município de Muriaé/MG, no endereço indicado pelo CONTRATANTE neste TR e no prazo nele também já estabelecido.
30. **DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DO BEM E DAS DEMAIS FORMAS DE COMUNICAÇÃO**
    1. O objeto será solicitado através de ofício formal encaminhado à contratada via e-mail, obedecendo as regras aqui previstas neste TR.
31. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA**
    1. O prazo de vigência desta Dispensa de Licitação, será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.
32. **DEMAIS PRAZOS**
    1. Prazo de entrega dos bens:
       1. A CONTRATADA deverá fazer a entrega dos veículos solicitados, no prazo definido neste TR, a contar do recebimento do ofício.
    2. Prazo de garantia dos bens:
       1. Os veículos devem apresentar garantia de fábrica, através de suas revisões em dia com suas concessionárias, conforme manual de revisão em português dos veículos. Não obstante, os manuais de utilização dos veículos devem estar em língua portuguesa do Brasil.
33. **GARANTIA CONTRATUAL**
    1. Não se aplica.
34. **INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇO**
    1. Não aplicável ao objeto deste instrumento.
35. **DO RECEBIMENTO**
    1. Do recebimento provisório:
       1. Não aplicável ao objeto deste instrumento.
    2. Do recebimento definitivo
       1. Se dará no dia do recebimento do veículo, ocasião em que será feita a avaliação do item solicitado, com as características definidas neste TR, observando-se o Art. 140 da Lei 14.133/2021.
    3. Em caso de necessidade de substituição do item solicitado, a CONTRATADA deverá tomar previdências de imediato, visando a troca de veículo, com características ao item solicitado.
    4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal da CONTRATADA, por problemas causados durante a retirada do item solicitado e nem exclui sua responsabilidade pelo perfeito desempenho do objeto, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.
    5. Os custos pela substituição de item rejeitado, serão de responsabilidade exclusivamente da CONTRATADA, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer ônus.
36. **DA FORMA DE PAGAMENTO**
    1. O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal, com prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da data do atesto da execução do objeto na nota fiscal pelo setor responsável no CIMERP, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, mediante a apresentação de fatura emitida pela CONTRATADA.
    2. No ato do pagamento será verificado se a EMPRESA possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).
    3. O descumprimento, pela EMPRESA, do estabelecido no item anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
    4. Constada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como a rescisão do contrato nos moldes do Art. 137 da Lei 14.133/2021.
    5. Poderá o CIMERP descontar o valor correspondente aos danos a que a CONTRATADA der causa das faturas pertinentes dos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
    6. O CIMERP poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos da presente dispensa.
    7. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto.
    8. Para efeito de pagamento, o CIMERP procederá às retenções tributárias e previdenciárias e demais previstas na legislação em vigor e no Estatuto do CIMERP, aplicáveis a este instrumento.
    9. O CIMERP, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, nos termos pactuados.
    10. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CIMERP entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

|  |
| --- |
| EM = I x N x VP, sendo:  EM = Encargos moratórios;  N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  VP = Valor da parcela a ser paga; e  I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado: I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,0001644  365 365  TX = Percentual da taxa anual = 6% |

1. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM A INDICAÇÃO DA FONTE DE RECURSO DO ORÇAMENTO DO ÓRGÃO E A INDICAÇÃO DA NOTA DE RESERVA**
   1. O objeto será atendido na previsão orçamentária abaixo indicada:

**Dotação:** 02.001.000.04.122.0001.2.001.3.3.90.39.00

1. **DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**
   1. Não aplicável ao objeto deste instrumento.
2. **DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAL**
   1. Não aplicável ao objeto deste instrumento.
3. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROFISSIONAL**
   1. Não se aplica, visto que se trata de locação de veículo automotor sem motorista, os quais serão conduzidos por integrantes do CIMERP.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PAPEL** | **ENTIDADE** | **RESPONSABILIDADE** |
| Agente de Contratação | CIMERP | Responsável por subsidiar a área de licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e  julgamento das propostas das licitantes. Nomeado por Portaria. |
| Gestão e Fiscalização do Contrato | CIMERP | Gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual. |
| Fiscal do Contrato | CIMERP | Empregado representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos, funcionais e técnicos do objeto, inclusive  em relação à aplicação de sanções. Nomeado por Portaria. |
| Preposto | Contratada | Funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais  e administrativas referentes ao andamento contratual. |

1. **DAS SANÇÕES**
   1. Das situações que possam caracterizar descumprimento de obrigações contratuais estabelecidas:
2. Não atendimento da demanda solicitada;
3. Entrega do objeto fora dos prazos estipulados neste Instrumento;
4. Entrega do objeto em desacordo com as especificações definidos neste Instrumento;
5. Não substituição dos veículos rejeitados pela fiscalização no prazo estipulado neste Instrumento;
6. Não encaminhamento da documentação necessária para pagamento da nota fiscal, conforme previsto neste Termo;
7. Não atendimento às solicitações feitas pela Equipe de Gestão e Fiscalização;
8. Não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no item
   1. Das multas:
9. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
10. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
11. 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
    1. Das demais penalidades
       1. As demais penalidades devem seguir o padrão utilizado pela Lei 14.133/2021.
12. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**
    1. A EMPRESA deverá estar regularizada quanto à emissão de nota fiscal de acordo com a sua legislação estadual.
    2. As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente ao pleito, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

Muriaé/MG, 10 de Março de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

**EDITAL Nº 002/2025**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025**

**ANEXO III**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**1 Introdução**

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seus impactos e embasar o Termo de Referência ou o Projeto Básico, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

É na elaboração dos estudos técnicos preliminares que diversos aspectos devem ser levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, que haja condições de atendê-la, que os riscos de atendê-la são gerenciáveis e que os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

O objetivo aqui é pautar elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público. Assim, a delimitação da solução nos termos e condições estipulados, não é decisão de livre arbítrio deste estudo. Aqui estão pautados elementos que, fundamentadamente, tem a capacidade e potencial para, em tese, considerando o caso concreto, melhor atender ao Interesse Público.

**1.1**  Conforme Documento de Formalização de Demanda o Consórcio Público – CIMERP, necessitando visando à escolha da proposta mais vantajosa para prestação do serviço, solicita a contratação de empresa especializada na prestação de serviço referente à locação de veículos (Locadora).

Será objeto de análise e contratação de Empresa Especializada na Locação de veículo automotor, Tipo passeio, pequeno porte, sem motorista, sem combustível, quilometragem geral, para atender as demandas no Estado de Minas Gerais, mas não se limitando a ele, por 12(doze) meses consecutivos

As demandas operacionais não vêm suprindo às necessidades diárias. Considerando que atualmente o CIMERP conta com apenas 1(um) veículo locado, Processo 003/2023 – Dispensa 002/2023. Insta informar que esse único veículo esta sendo utilizado pelos diversos setores do Consórcio: FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, SIM/CIMERP, PROCON REGIONAL – CIMERP E ADMINISTRATIVO.

A decisão de locar em vez de adquirir um veículo visa eficiência e economia, dado o alto valor agregado da aquisição, somado às despesas adicionais como seguros, taxas e manutenção. Existe ainda a limitação orçamentária impede a compra de um veículo novo nesse momento. Tornando a locação uma estratégia viável para atender às demandas em constante mudança.

Considerando a natureza do serviço a ser prestado, o presente estudo observou o disposto no artigo 2º inc. III da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de outras normas correlatas.

**2 Requisitos para a Contratação** (Art. 18, §1º, Inciso III)

Para além da nova Lei de Licitações e legislação civilista aplicadas no presente Estudo, considerarão como requisitos da contratação todas as demais exigências previstas em Edital e Contrato.

Poderão participar deste processo licitatório empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS, INSS e com a Justiça do Trabalho.

Os serviços que constituem o objeto deste estudo e eventual contratação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante, por ordem de serviço e orientação/fiscalização da equipe técnica designada pelo CIMERP, devendo o veículo estar disponível no período e local, conforme a necessidade apresentada, além das disposições expostas no Termo de Referência, Edital e condições contratuais.

Previamente dispõe-se que na proposta de preço apresentada, deverá ser considerado pela licitante, que o objeto licitado deverá ser fornecido em até 05 (cinco) dias úteis após a data de solicitação.

Os veículos em referência deverão ser entregues na área patrimonial indicada pelo ente consorciado. Estabelece-se ainda que o custo de mobilização, desmobilização, seguro e todos os demais custos/encargos envolvidos estão a cargo da contratada, ou seja, na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes da locação.

Os veículos deverão estar segurados e/ou coberto por plataformas de proteção veicular devendo o valor de franquia ser apresentado à parte da proposta ou ser inserido na mesma, que seja especificado o percentual de franquia dentro da proposta.

É necessário entender que não existe um valor fixo para a franquia do seguro. Seu valor vai depender de fatores como o perfil do condutor, modelo do carro e outros pontos avaliados durante a cotação. Além disso, existem diferentes tipos disponíveis de franquias que pode optar na contratação do seguro, ficando a cargo da licitante qual modelo de franquia será utilizada, se reduzida, majorada ou normal.

Como não há no mercado regulamentação acerca de alíquota relativa a valor de franquia em caso de sinistro, será considerada pelo CIMERP a proposta que não exceda o valor máximo de 4% (quatro) por cento do valor da tabela FIPE em consonância a alíquota de IPVA cobrado dentro do Estado de Minas Gerais.

Deverão ser contempladas as seguintes coberturas:

Seguro:

|  |  |
| --- | --- |
| Danos corporais a terceiros | R$100.000,00 |
| Danos Materiais a terceiros | R$100.000,00 |
| Danos Morais a terceiros | R$10.000,00 |
| Ocorrência de Morte | R$13.500,00 |
| Invalidez permanente e ou total | R$13.500,00 |
| Despesas médico hospitalares | R$2.700,00 |

O presente serviço será realizado sob demanda, de acordo com a necessidade do CIMERP. Só será efetuado o contrato administrativo em caso de necessidade e em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/21. Ao final do processo licitatório será realizada sua assinatura, válido por 12 meses.

Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

Os requisitos para contratação de empresa especializada em aluguel de veículos devem seguir os pressupostos de comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de atestados de capacidade técnica profissional, documentação de enquadramento de empresa do ramo de locação de veículos sem motorista e cumprido os requisitos apresentados neste Estudo.

**2.1 Critérios para exigência mínima de ano de fabricação - Itens de segurança obrigatórios e indispensáveis:** (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021

A exigência de veículos cujo ano de fabricação não seja inferior a 2024, justifica-se principalmente pela Resolução CONTRAN (567/2015), que trata sobre a obrigatoriedade do controle de estabilidade em veículos produzidos e fabricados a partir do ano de 2020. A regra vale para modelos inéditos, inclusive populares e também para os que passarem por grandes mudanças, como troca de geração.

Por estas razões e pensando em garantir a segurança dos condutores e passageiros, além dos itens de segurança obrigatórios mais comuns como freios ABS e Airbag, encontram-se descritos neste estudo, itens de segurança indispensáveis e considerados obrigatórios e inseridos em veículos fabricados à partir de 2020 tais como:

1. Controle de estabilidade: O controle de estabilidade conforme acima mencionado é um item de segurança do carro que passou a ser obrigatório em 2020. O sistema tem o objetivo de detectar quando o carro está prestes a perder o controle e cortar a aceleração do motor, freando uma ou mais rodas. Esse cuidado pode impedir, por exemplo, que o veículo rode ao fazer uma curva.
2. Barras de proteção lateral: São travessas de aço fixadas entre as colunas do veículo, por dentro das portas, para proteger o motorista e os passageiros em casos de colisão lateral. Apesar de simples, esse tipo de solução é muito efetivo, pois diminui o impacto sofrido pelo ocupante do carro. As barras de proteção lateral passaram a ser obrigatórias somente em 2020, mas muitos veículos do país já contam com esse item de segurança.
3. Freios ABS: Com a vênia pela redundância, o sistema ABS — assim como a direção hidráulica e o ar-condicionado, que já foram diferenciais — hoje são itens mais do que mandatórios. Desde janeiro de 2014 os carros novos comercializados no Brasil já saem de fábrica com o sistema ABS de frenagem.
4. Distância mínima entre os eixos de 2,60 cm (Sedan’s) Visto que os veículos Sedan’s alugados pelo Consórcio andam quase que diariamente com número máximo de passageiros, tal característica se faz necessários perfazendo maior conforto aos passageiros e maior estabilidade aos veículos.
5. Faróis de LED: Quanto à exigência aos faróis de LED, esses são mais eficientes do que os convencionais por algumas razões. Eles consomem menos energia em comparação com as lâmpadas convencionais, como as de halogênio. Portanto, os faróis de LED são mais econômicos em termos de consumo de energia do veículo, o que pode resultar até mesmo em menor consumo de combustível. Além disso, os LEDs têm uma vida útil mais longa do que as lâmpadas convencionais. Enquanto as lâmpadas halógenas geralmente precisam ser substituídas após algumas centenas de horas de uso, os faróis de LED podem durar até 25.000 horas ou mais, dependendo do modelo. Isso significa que os veículos com faróis de LED não precisam substituí-los com tanta frequência, o que pode resultar em economia de dinheiro e tempo em longo prazo. Outra vantagem dos faróis de LED é a sua capacidade de proporcionar melhor visibilidade. Eles produzem uma luz mais brilhante e clara em relação às lâmpadas convencionais, algo especialmente útil durante a noite e em condições climáticas adversas, como chuva ou neblina. Os faróis de LED também iluminam a estrada de forma mais eficiente e proporcionam uma melhor percepção de profundidade, o que contribui para a segurança ao dirigir. Por fim, os faróis de LED têm uma resposta mais rápida em comparação com as lâmpadas tradicionais. Eles ligam e atingem o brilho máximo quase instantaneamente, enquanto as lâmpadas de halogênio precisam de um breve período para aquecer. Essa resposta rápida é particularmente útil ao alternar entre os modos alto e baixo dos faróis ou ao utilizar sistemas de iluminação adaptativa, proporcionando maior conveniência e segurança ao motorista.

Atualmente o CIMERP é composto por 29 (vinte e nove) municípios localizados na microrregião do Médio Rio Pomba. É justificadamente razoável que haja para além das exigências quanto aos itens de segurança acima apontados, que os veículos fornecidos possuam baixa quilometragem, de forma a garantir a ininterrupta continuidade dos trabalhos realizados, minimizando contratempos no que se refere a manutenções corretivas decorrente de quebra ou mau funcionamento.

Os atendimentos realizados demandam deslocamentos quase que semanal o que deve ser assegurado por veículo em excepcionais condições de segurança e conforto, como a exigência por veículos com faróis de LED, haja vista que em razão das distâncias entre os Municípios, estes veículos certamente retornarão à sede já em horário noturno.

**3 Vigência e Renovação do Contrato**

Para a presente contratação estima-se vigência mínima de 12 (doze) meses, a depender da demanda do Consórcio, contados do ato da assinatura do contrato, observado a cada exercício financeiro (art. 105 Lei 14.133/21), a disponibilidade de créditos orçamentários. Ainda para efeitos de prorrogação do contrato, poderá ser celebrado por até 05 (cinco) anos, prorrogável sucessivamente pelo prazo máximo de até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

A prorrogação do Contrato objeto desse estudo será condicionada a demanda por parte do Consórcio, bem como as condições e os preços. Desde que permanecem vantajosos para Administração, permitida a negociação mediante o cumprimento das seguintes condições:

1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
2. Anexação de relatório anual que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuação da realização do serviço;
4. Haja manifestação expressa da empresa contratada informando o interesse na prorrogação;
5. Anexação de comprovado que a empresa contratada mantém as condições iniciais de habilitação;
6. Previsões outras previstas em Edital.

A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação previstas em Lei.

**4. Previsão No Plano De Contratações Anual**

**Fundamentação:** Aqui se busca a demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

A demanda está prevista no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir: 02.001.000.04.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.

**5. Estudo de Alternativas**

Neste tópico, urge apresentar às soluções capazes de atender satisfatoriamente os departamentos e programas da gestão do CIMERP, alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração Pública. Nosso estudo tem o condão de identificar empreendimento possíveis de aproximar as compras públicas da Administração CIMERP, às práticas adotadas pelo mercado, impondo inovações que se fundamentam no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos. Assim, observou-se que, em matéria de soluções para o serviço de transporte, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos dois modelos considerados mais tradicionais para execução deste serviço, são eles:

**Aquisição de Veículos:**

No modelo de aquisição de veículos, a Administração Pública adquire o veículo e assume todos os custos dele decorrentes, contratando, de forma independente, motorista em empresa terceirizada ou designando servidor do próprio órgão para a função. É solução adotada em situações específicas como, por exemplo, quando o órgão público conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

**Locação de Veículos:**

No modelo de locação de veículos, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresa contratada, a qual se responsabiliza pelos gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo.

**5.1 Estimativas de quantidade**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **Meses** | **Valor Unitário/mês** | **Valor total/mês** |
| 01 | Locação mensal de DOIS VEÍCULOS TIPO LEVE, 04 portas, motor com potência mínima de 1000 cilindradas, ano/modelo 2024 a 2025, capacidade para 05 passageiros, potência mínima 70CV, combustível gasolina/álcool, direção hidráulica, ar condicionado, seguro total, quilometragem livre, equipado com todos os itens de segurança exigidos pelo Denatran. Sem abastecimento de combustível e troca de óleo a expensas do Contratado. | 12 | R$ R$ 3.333,33 | R$6.666,66 |

**6 Levantamentos De Mercado** (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021e Art. 7°, inciso III da IN 40/2020)

O levantamento de mercado consiste na análise de alternativa possível e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. e na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais e contratos anteriores, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do Consórcio.

Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Tais referências foram obtidas por meio de Banco de preços na internet, pesquisas de contratos e atas de outros entes, pesquisa no Portal nacional de Contratações Públicas – PNCP.

A alternativa escolhida – Empresa especializada na locação de veículos automotores se mostra mais vantajosa em diversos aspectos:

**Investimento**: a locação de veículos, não exige um desembolso elevado no momento da contratação, como ocorre na aquisição, que demanda um grande investimento inicial. Com a locação, o Consórcio poderá gerenciar seus recursos de maneira mais eficiente, sem comprometer o orçamento com a compra de bens de alto valor, facilitando o equilíbrio fiscal.

**Manutenção**: na locação dos veículos estão incluídos valores com a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, o que diminui consideravelmente os custos de reparos imprevistos e manutenção de frota. Além disso, a locação permite a substituição de veículos com problemas mecânicos mais célere, evitando interrupções nas atividades cotidianas do CIMERP e sem a necessidade de uma nova licitação para contratação de empresa de manutenção.

**Depreciação**: a aquisição de veículos implica na depreciação do bem, o que gera uma perda de valor ao longo do tempo. Já na locação, o Consórcio não assume o risco de desvalorização do veículo, uma vez que os bens permanecem sob responsabilidade da locadora.

**Responsabilidade**: com a locação, a gestão da frota se torna mais simplificada, uma vez que a locadora se responsabiliza pela administração dos veículos, como controle de licenciamento, seguro e outros aspectos administrativos. Isso reduz a carga de trabalho da Administração do Consórcio e otimiza as atividades de seus servidores, reduzindo custos.

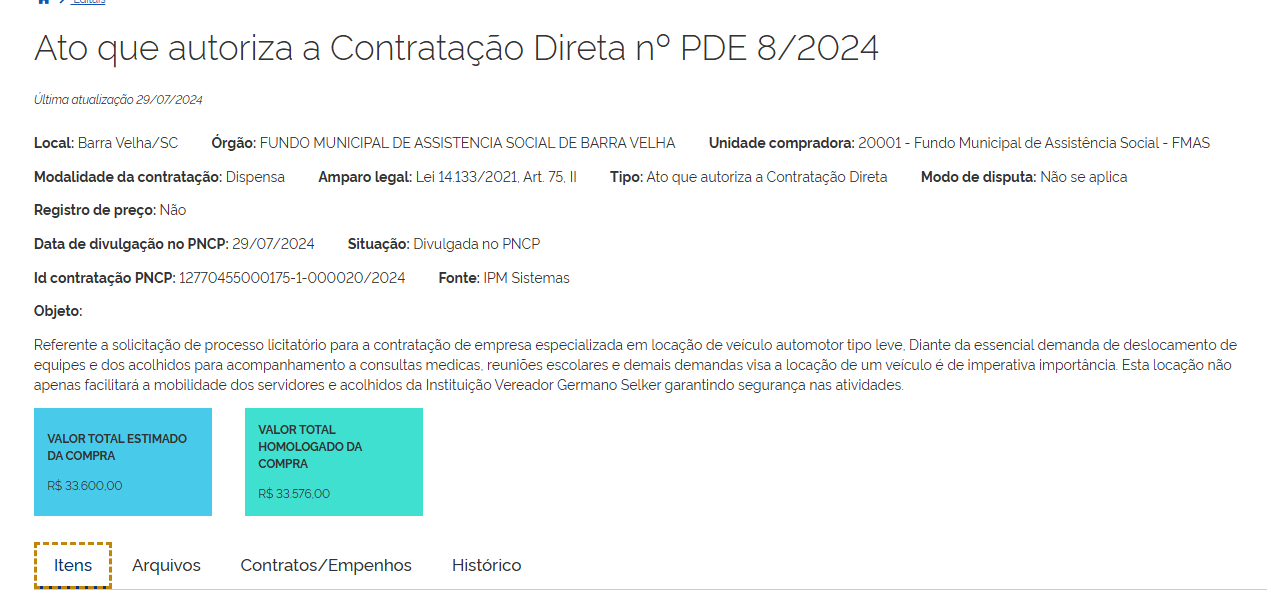
**6.2 Estimativas Do Preço Da Contratação** (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VI da IN 40/2020).

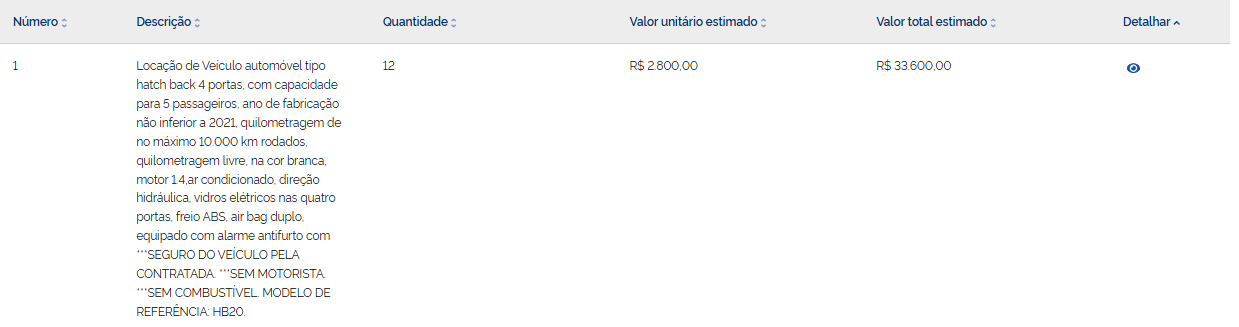
Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foram utilizadas como parâmetros as disposições contidas no seguinte normativo: Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.° 65, de 7 de julho de 2021.

Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de um ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

O custo estimado total da contratação é R$ R$109.090,64 (cento e nove mil e noventa e sessenta e quatro), conforme média dos custos unitários.

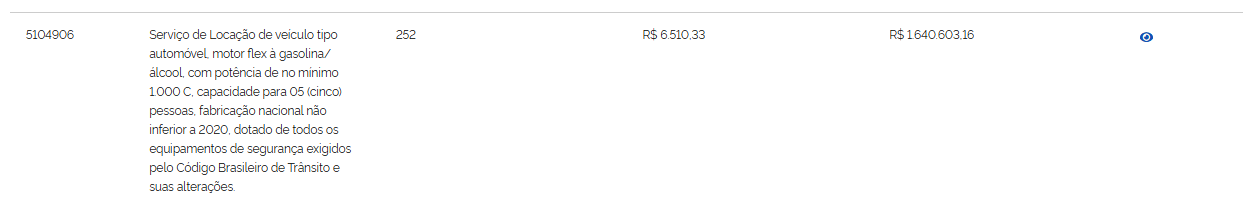
Conforme segue abaixo:





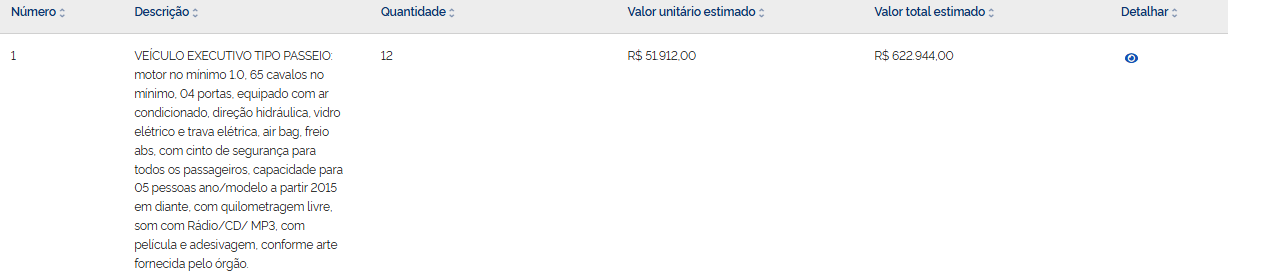
Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/12770455000175/2024/20>





Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/06156160000100/2024/33>





Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/06019491000107/2024/36>

**7 Justificativa da Alternativa Escolhida**

Conforme já acima mencionado este modelo de contratação é habitualmente utilizado pela Administração Pública para suprir a necessidade de frota limitada ou inexistente de veículos dentro daAdministração Pública.

No caso do CIMERP não há frota própria e seus servidores e ou empregados Públicos se deslocam diariamente para desenvolver as atividades de fiscalizações, operações, visitas técnicas, eventos profissionais, reuniões.

Ressalte-se que o serviço de locação de veículos mantém-se como solução técnica e econômica viável à alternativa, que seria aquisição por meio de compra. Quando o órgão público não conta com estrutura de manutenção de veículos ou quando a locação não se mostra uma opção viável ou ainda, quando a localização do órgão torna inviável a adoção de modelo de contratação diverso.

**8 Contratações Correlatas E Interdependentes**. (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020).

È Importante a continuação dos trabalhos prestados para melhor andamento dos Setores. Esse Estudo Técnico Preliminar não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a prestação do serviço e operacionalização dos serviços podem ser supridos com a contratação ora proposta.

**9 Possíveis Impactos Ambientais**

Poderá conter no edital algumas sugestões e ou orientações a fim de mitigar alguns possíveis impactos ambientais:

* Admissão de veículos motor que utilize combustível renovável e ou tecnologia “flex”, nos termos da Lei n° 9.660, de 1998.
* Veículos que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 1993, nº.08/1993, nº.17/1995, n°272/2000 e n].242/1998 e legislação superveniente e correlata;
* Veículos que atendam os limites máximos de emissão de poluentes provenientes de seus escapamentos, conforme Resolução CONAMA n° 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.
* Veículos com eficiência energética;

**10 Justificativa para Parcelamento**

A presente contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar refere-se a apenas um item - locação de Dois Veículos sem motorista e sem combustível, portanto, não se aplica parcelamento da solução.

**11 Resultado Pretendido**

A contratação Empresa Especializada na Locação de veículo automotor, Tipo passeio, pequeno porte, sem motorista, sem combustível, quilometragem geral, para atender as demandas no Estado de Minas Gerais, mas não se limitando a ele, por 12(doze) meses consecutivos. Busca-se com a locação uma economicidade, melhor aproveitamento de recursos humanos, financeiro e de material. E assim melhor atender às demandas do CIMERP.

**12 Providências Prévias ao Contrato**

Não há providências prévias para essa contratação

**13 Contratações Correlatas/Interdependentes**

Como já bem salientado, importante observar as contratações interdependentes. (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020). Isso porque em algumas contratações pode ocorrer a necessidade de se realizar contratações interdependentes. Entretanto, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade dessa demanda.

**14. Viabilidade da Contratação**

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com o objetivo de contratar empresa especializada na locação de veículos leve, sem combustível e sem motorista, destinado a diversas áreas e atividades do CIMERP, por meio de Dispensa de Licitação, visando à escolha da proposta mais vantajosa para prestação do serviço. Em regime de execução indireta e de forma contínua, com base de pagamento mensal e por 12(doze) meses.

De esse modo imperioso informar que ante a necessidade apresentada e as possibilidades enfrentadas o parecer desse ETP pugna como sendo viável técnico e economicamente a contratação.

Muriaé/MG, 20 de fevereiro de 2025.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Elizane Marveline Reinaldo Carneiro

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2025**

**EDITAL Nº 002/2025**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 001/2025**

**ANEXO IV**

**MINUTA CONTRATUAL**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA – CIMERP**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 36.027.665/0001-36, com sede na Rua Edmundo Germano, nº 35, 1º andar, Centro, Muriaé/MG, CEP 36.880-047, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Rodrigo Fernandes Pereira, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa ....,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº...., com sede na Rua ...., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ...., doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, em conformidade com o **Processo Administrativo nº 002/2025 Edital nº 002/2025 Aviso De Dispensa Eletrônica nº 001/2025,**  atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as cláusulas a seguir estipuladas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de ........., conforme abaixo descrito e de acordo com os quantitativos, a saber:

...........................

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL**

**2.1** Este contrato é vinculado ao Processo Administrativo nº 002/2025 Edital nº 002/2025 Aviso De Dispensa Eletrônica nº 001/2025, para todos os efeitos legais e jurídicos, e regido pela Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, especialmente quanto às dúvidas, contradições e omissões.

**2.2** Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital, bem como seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1** Pela perfeita e fiel execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R$ XXXX (XXXXXXX), referente aos itens listados na Cláusula Primeira deste instrumento.

**3.2** Estão inclusas no valor todas e quaisquer despesas necessárias ao pleno fornecimento dos bens, tais como mão de obra, transporte, tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, dentre outros.

**3.3** O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, nos moldes do item 4.2 deste instrumento, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente conferida pelo setor competente, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

**3.4** Caso a CONTRATADA seja optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº. 9.317/96 e a sua sucessora, a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.5** A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:

a) Certidão de Regularidade do FGTS;

b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**3.6** Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor da CONTRATADA para a instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

**3.7** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRANTE.

**3.8** Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

**3.9** O CONTRATANTE poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela CONTRATADA.

**3.10** O CONTRATANTE não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1** Os bens serão entregues em no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, contados da assinatura deste instrumento, sendo todas as despesas de responsabilidade do fornecedor.

**4.2** Os bens serão recebidos de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes condições:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações do Edital, em até 5 (cinco) dias corridos após a entrega dos bens, mediante expedição de recibo provisório; e

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação, em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante a expedição de recibo definitivo.

**4.3** Constatadas irregularidades no objeto entregue, o CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

a) Rejeitá-lo, no todo ou em parte, se não corresponder às especificações do Termo de Referência, determinando sua substituição ou correção;

b) Determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**4.4** Caso o objeto não corresponda às especificações constantes do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá efetuar a correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos.

**4.5** O recebimento, AINDA QUE DEFINITIVO, não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade, na forma da lei, pela qualidade, correção e segurança dos produtos entregues, caso esse venha a ser detectado posteriormente.

**4.6** A CONTRATADA deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços designados, conforme as condições e as necessidades do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** São obrigações do CONTRATANTE:

5.1.1 Proporcionar ao fornecedor registrado todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrente da presente Ata de Registro de Preços;

5.1.2 Fiscalizar e acompanhar o andamento do fornecimento;

5.1.3 Comunicar ao fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do objeto;

5.1.4 Providenciar o pagamento ao fornecedor após o recebimento definitivo e apresentação e conferência da Nota Fiscal, nos prazos fixados;

5.1.5. Devolver com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora dos padrões e normas constantes do edital e seus anexos;

5.1.6. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.1.7 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2** São obrigações da CONTRATADA:

5.2.1 Indicar, se for o caso, um preposto responsável pelo atendimento às demandas do CONTRATANTE;

5.2.2 Fornecer o produto conforme especificação, marca e preço registrados e na forma prevista;

5.2.3 Manter, durante toda a vigência do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação;

5.2.4 Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE;

5.2.5 Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, apresentar ao CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes;

5.2.6 Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas cometidas durante o fornecimento;

5.2.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, aos entes consorciados ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Consórcio;

5.2.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto inscrito neste instrumento, sem prévia e expressa anuência;

5.2.9 Providenciar a correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas no momento do recebimento, bem como substituir, sem ônus adicionais e no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da comunicação formal, o(s) produto(s) cujos padrões de qualidade, segurança e/ou finalidade não se prestem ao seu fim específico;

5.2.10 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) material(ais) cuja qualidade, finalidade, eficácia, procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificar vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos;

5.2.11 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do CONTRANTE;

5.2.13 Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1** A rescisão do presente Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração.

**7.2** Serão observadas, ainda, as previsões dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis, na forma desta legislação.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES**

**8.1** A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.4** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na letra “a” do item 8.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**8.5** A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 8.1 e se dará nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 15% (quinze por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida; c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado e aceito pelo CONTRATANTE, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

**8.6** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável plas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 8.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta dos entes federativos que compôem o CIMERP, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**8.7** A sanção de declaração de idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, e será aplicada:

a) ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 8.1;

b) ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 8.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 8.6.

**8.8** A sanção estabelecida na letra “d” do item 8.2 deste contrato será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Presidente do CIMERP.

**8.9** As sanções previstas nas letras “a”, “c” e “d” do item 8.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra “b” do mesmo item.

**8.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o caso.

**8.11** A aplicação das sanções previstas no item 8.2 deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.12** Na aplicação da sanção prevista na letra “b” do item 8.2 (multa), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**8.13** A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do item 8.2 deste contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a CONTRATADA para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**8.14** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a CONTRATADA poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**8.15** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**8.16** As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

**9.1** Nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designará servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**9.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1** O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** As despesas decorrentes do presente contrato estão programadas em dotações orçamentárias própria, previstas no orçamento do CIMERP para o exercício de 2025, e serão indicadas no momento em que as adjudicações forem realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitados o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

**13.1** Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA OBSERVÂNCIA DA LGPD**

**14.1** As partes deste contrato comprometem-se a observar o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis aos quais tiverem acesso em decorrência deste instrumento, compatibilizando-o com o que estabelece a Lei Federal nº 12.527 (Lei de Acesso à Informação - LAI), tendo em vista o caráter público desta contratação.

**14.2** As partes terão acesso a dados pessoais dos respectivos representantes, tais como número e cópia de documentos de identificação (Cadastro de Pessoa Física e Registro Geral) e endereços eletrônico e residencial, e outros dados que sejam imprescindíveis para a formação e execução deste contrato, sendo-lhes vedado utilizá-los para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**14.3** Considerando o caráter público desta contratação, o compartilhamento de dados observará ao disposto no Capítulo IV da LGPD.

**14.4** A CONTRATADA declara adotar medidas de segurança eficazes para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares e responsabilizando-se pelos danos de qualquer natureza ocorridos em caso de violação à legislação de proteção de dados pessoais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** A inobservância de qualquer cláusula, condições ou obrigações do presente contrato importará na sua imediata rescisão, de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial.

**15.2** A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente contrato, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advierem de prejuízos causados a terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

**16.1** Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Muriaé/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas e por duas testemunhas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Muriaé/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CONTRATADA**

Testemunhas:

1.

2.